

RESPOSTA AOS RECURSOS DA PROVA OBJETIVA

RECURSO – Gabarito Preliminar/Questões da Prova Objetiva

INSCRIÇÃO	NOME	VAGA	PARECER	RESPOSTA
763753	DANIELA LORENZI	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Colocação Pronominal, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Colocação Pronominal. Primeiramente esclarece-se que esta é uma prova de língua portuguesa e que está, entre os conhecimentos avaliados, aqueles referentes à gramática normativa do português brasileiro. Portanto, ainda que, na informalidade, antepor o pronome ao verbo seja uma prática possível, a questão avalia os conhecimentos referentes ao contexto formal de uso da língua escrita. A respeito dos itens I, objeto de questionamento via recurso: I. Se propõe mostrar que o mundo tem muito a aprender com as soluções criadas no interior do Nordeste brasileiro. - A colocação está equivocada, pois "não se inicia período por pronome átono" (p. 625). Esclarece-se que o "se" é um pronome neste contexto (propor-se) e não uma conjunção. BECHARA. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.
764003	DEIVID SOUZA MESSIAS DOS SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - IMIGRANTES	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Emprego dos tempos e modos verbais, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Emprego dos tempos e modos verbais e formas nominais. A questão não apresenta quaisquer conflitos teóricos. Ela parte do texto para analisar as escolhas de tempos e modos verbais, feitas pelo autor, a fim de construir sentidos. A gramática da língua portuguesa está a serviço da comunicação, da construção textual e não o contrário. A respeito dos itens I e II, objetos de questionamento via recurso: O item I está correto. Ao afirmar que "predominam verbos no indicativo", não se quer dizer que são "exclusivamente" ou "unicamente", mas predominância. A escolha por esse modo se dá porque o indicativo tem como referente fatos verossímeis ou tidos como tais. Não são incertezas ou condição. Isso é expresso no texto como um todo de forma predominante. O item II está correto. Ao modalizar com "apesar de tratarem de uma probabilidade/possibilidade", o item deixa claro que o conteúdo do texto ainda é uma possibilidade, posto que ainda não se concretizou, porém, por se tratarem de dados científicos, essa possibilidade é dada como certa. Por isso, o uso do presente do indicativo. Marca-se um fato futuro, mas próximo que certamente ocorrerá. Não à toa, criou-se uma Cartilha para orientar as ações caso o El Niño aconteça conforme os dados científicos. É o conjunto de todas as escolhas do autor que permite ao leitor compreender o que é praticamente certo de acontecer daquilo que é apenas uma possibilidade remota. Isso se dá pela linguagem, o que incluem as escolhas de tempos e modos verbais. BECHARA, Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA E CINTRA, Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.
763803	DEOCLECIO DENILSON SILVA	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: Não há qualquer vício material na diagramação. Os trechos indicados para análise encontram-se corretamente destacados, seja em negrito, seja sublinhado, no excerto. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.

RESPOSTA AOS RECURSOS DA PROVA OBJETIVA

INSCRIÇÃO	NOME	VAGA	PARECER	RESPOSTA
763803	DEOCLECIO DENILSON SILVA	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é monitoramento entomológico por ovitrampas, cálculo e interpretação dos indicadores IPO e IDO e uso desses indicadores no planejamento das ações de prevenção e controle de endemias, estando, portanto, vinculado aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: doenças transmissíveis, zoonoses, arboviroses e agravos de relevância epidemiológica; controle de vetores, reservatórios e animais peçonhentos; entomologia básica, pesquisa larvária, identificação de criadouros, bloqueio de transmissão e manejo integrado de vetores; registros, boletins, relatórios, notificações, indicadores e planejamento das ações de prevenção e controle de endemias. A alegação recursal sustenta que a questão deveria ser anulada por suposta ausência dos dados numéricos necessários ao cálculo dos indicadores. O argumento não procede. A questão apresentou tabela com os dados das três áreas monitoradas, contendo número de armadilhas examinadas, número de armadilhas positivas e total de ovos. Esses são os elementos necessários para calcular o IPO, entendido como percentual de armadilhas positivas, e o IDO, entendido como número médio de ovos por armadilha positiva. Na área A, foram examinadas 50 armadilhas, com 20 positivas e total de 600 ovos. Assim, o IPO corresponde a 20 dividido por 50, multiplicado por 100, resultando em 40%. O IDO corresponde a 600 dividido por 20, resultando em 30 ovos por armadilha positiva. Na área B, foram examinadas 40 armadilhas, com 12 positivas e total de 480 ovos. Assim, o IPO corresponde a 12 dividido por 40, multiplicado por 100, resultando em 30%. O IDO corresponde a 480 dividido por 12, resultando em 40 ovos por armadilha positiva. Na área C, foram examinadas 60 armadilhas, com 18 positivas e total de 360 ovos. Assim, o IPO corresponde a 18 dividido por 60, multiplicado por 100, resultando em 30%. O IDO corresponde a 360 dividido por 18, resultando em 20 ovos por armadilha positiva. A proposição considerada correta é aquela que afirma que a área A apresenta o maior IPO, a área B apresenta o maior IDO, e a definição de prioridade deve integrar esses resultados aos dados epidemiológicos, ambientais e operacionais. Correção/Incorreção: Correta. Fundamento: A proposição interpreta adequadamente os indicadores apresentados. A área A possui o maior percentual de armadilhas positivas, pois 40% das armadilhas examinadas apresentaram positividade. A área B possui o maior número médio de ovos por armadilha positiva, pois alcançou IDO igual a 40. Esses dois indicadores expressam dimensões distintas do monitoramento entomológico: o IPO aponta a dispersão da positividade entre as armadilhas examinadas, enquanto o IDO indica a densidade média de ovos nas armadilhas positivas. A alternativa correta também acerta ao afirmar que a definição de prioridade não deve decorrer de um único indicador isolado. Para o planejamento das ações de prevenção e controle de endemias, os resultados entomológicos devem ser articulados com informações epidemiológicas, ambientais e operacionais, como ocorrência de casos, características do território, presença de criadouros, condições ambientais, capacidade de resposta da equipe e histórico de transmissão. A proposição que afirma que a área A apresenta o maior IPO e a área B o maior IDO, mas conclui que a área A deve receber ações intensivas e a área B apenas monitoramento de rotina, não é a mais adequada. Embora identifique corretamente os maiores valores de IPO e IDO, reduz indevidamente a resposta na área B. O maior IDO indica densidade mais elevada de ovos nas armadilhas positivas, o que não autoriza classificar automaticamente a área B como de simples monitoramento de rotina, sem integração com outros dados do território. A proposição que sustenta que o total absoluto de ovos bastaria para priorizar a área A também não procede. O número absoluto de ovos, isoladamente, não considera a quantidade de armadilhas examinadas nem a proporção de armadilhas positivas. Em monitoramento entomológico, a interpretação exige indicadores que relacionem ovos, positividade e quantidade de armadilhas, e não apenas a soma bruta de ovos encontrados. A proposição que considera as áreas A e B equivalentes porque o produto numérico entre IPO e IDO seria igual nas duas áreas não se sustenta. Essa operação cria uma medida não indicada no enunciado e não substitui a interpretação dos indicadores definidos. IPO e IDO possuem significados diferentes e não devem ser reduzidos a um produto aritmético para concluir equivalência epidemiológica. A proposição que afirma que a área C apresenta menor IDO e o mesmo IPO da área B, permitindo reduzir seu acompanhamento entomológico e transferir capacidade para a área A, também é inadequada. Embora a área C apresente menor IDO, seu IPO é igual ao da área B, indicando positividade em 30% das armadilhas examinadas. A menor densidade média de ovos não autoriza, por si só, reduzir automaticamente o acompanhamento, sobretudo sem considerar dados epidemiológicos, ambientais e operacionais. Dessa forma, a tabela fornece os valores necessários ao cálculo e à comparação dos indicadores. O pedido de anulação, portanto, não encontra fundamento técnico. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.

RESPOSTA AOS RECURSOS DA PROVA OBJETIVA

INSCRIÇÃO	NOME	VAGA	PARECER	RESPOSTA
763803	DEOCLECIO DENILSON SILVA	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é interpretação de dados econômicos sobre comércio, emprego, receita, remuneração regional e participação de Santa Catarina na atividade comercial, estando, portanto, vinculado aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: aspectos econômicos do Brasil e de Santa Catarina; atividades produtivas; atualidades regionais e nacionais relacionadas à economia e ao mundo do trabalho. A questão não exige conhecimento prévio sobre bases estatísticas específicas, índices externos ou metodologia de pesquisa não apresentada no enunciado. Todos os dados necessários à resolução foram expressamente fornecidos no próprio texto da questão: número de empregos formais no comércio brasileiro, participação do varejo no emprego, participação do atacado na receita operacional líquida, participação de Santa Catarina na receita bruta comercial do país e salário médio do comércio na Região Sul. A proposição considerada correta é aquela que afirma que emprego, receita e salário são dimensões distintas: os dados indicam a relevância de Santa Catarina e a remuneração regional, mas não permitem concluir a distribuição interna do setor. Correção/Incorreção: Correta. Fundamento: A proposição preserva o significado de cada dado apresentado. O dado sobre empregos formais refere-se ao comércio brasileiro e indica a concentração de vínculos no varejo. O dado sobre receita operacional líquida refere-se à maior participação do atacado. O percentual de Santa Catarina refere-se à receita bruta comercial do país. O salário médio de 2,0 salários mínimos refere-se ao comércio da Região Sul. Portanto, são informações de naturezas e recortes diferentes, que não podem ser automaticamente combinadas para concluir produtividade estadual, distribuição interna de empregos, participação salarial ou composição setorial de Santa Catarina. A alegação de que a questão não permitiria uma conclusão válida não procede. Em interpretação de dados, uma conclusão adequada não precisa necessariamente produzir uma nova estimativa numérica. Também é conclusão válida reconhecer o alcance e o limite dos dados apresentados. No caso, os dados permitem afirmar que Santa Catarina possui participação relevante na receita bruta comercial do país e que a Região Sul apresenta salário médio informado no enunciado. Entretanto, esses mesmos dados não permitem inferir como emprego, receita e salários se distribuem internamente entre segmentos do comércio em Santa Catarina. A proposição que afirma que a posição de Santa Catarina na receita permitiria inferir sua produtividade comercial não se sustenta. Produtividade dependeria da relação entre receita, quantidade de trabalhadores, número de empresas, composição das atividades, porte dos estabelecimentos e outros elementos não fornecidos no enunciado. A participação isolada na receita não basta para concluir produtividade. A proposição que relaciona a participação catarinense na receita com o salário médio regional também é incorreta. O percentual de 6,3% refere-se à receita bruta comercial de Santa Catarina no total nacional, enquanto a média de 2,0 salários mínimos refere-se ao comércio da Região Sul. Esses dados pertencem a universos diferentes e não autorizam concluir que 6,3% dos trabalhadores receberam aproximadamente 2,0 salários mínimos. A proposição que parte do predomínio nacional do varejo no emprego para estimar que esse segmento também concentrou a maior parcela da receita e dos salários em Santa Catarina igualmente não procede. A estrutura nacional de empregos não pode ser transferida automaticamente para a realidade estadual. Além disso, emprego, receita e salário são dimensões diferentes e não variam necessariamente da mesma forma. A proposição que afirma que a maior participação do atacado na receita demonstraria maior importância para o emprego e para a renda do trabalho no estado também não se sustenta. Maior participação na receita não demonstra, por si só, maior participação no emprego nem maior participação nos salários. Para isso, seriam necessários dados específicos sobre ocupação e remuneração por segmento no estado, os quais não foram apresentados no enunciado. Dessa forma, não há contradição entre o comando da questão e a proposição considerada correta. O comando solicita a conclusão sustentada pelos dados, e a conclusão adequada é justamente aquela que respeita o alcance das informações fornecidas, sem extrapolar seus limites. A questão avalia interpretação de dados econômicos apresentados no próprio enunciado, conteúdo compatível com atualidades econômicas, atividades produtivas, mundo do trabalho e aspectos econômicos de Santa Catarina. A questão apresenta resposta única, pois somente a proposição considerada correta distingue adequadamente emprego, receita e salário, reconhece o que os dados permitem afirmar e evita inferências não sustentadas sobre a distribuição interna do setor. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.

RESPOSTA AOS RECURSOS DA PROVA OBJETIVA

INSCRIÇÃO	NOME	VAGA	PARECER	RESPOSTA
763803	DEOCLECIO DENILSON SILVA	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é rendimento da população brasileira, concentração de renda e limites de leitura de médias nacionais, estando, portanto, vinculado aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: aspectos sociais e econômicos do Brasil; população; qualidade de vida; cidadania; direitos sociais; políticas públicas e serviços públicos; atualidades nacionais relacionadas à sociedade, economia e mundo do trabalho. A questão não exige conhecimento prévio sobre bases estatísticas específicas, relatórios externos ou metodologia de levantamento não apresentada no enunciado. Os elementos necessários à resolução estão no próprio comando: rendimento médio mensal real de todas as fontes, crescimento percentual em relação ao ano anterior, diferença entre os 10% com maiores rendimentos e os 40% com menores rendimentos, além da concentração de 40,3% da massa de rendimentos domiciliares pelos 10% de maior renda. A proposição considerada correta é aquela que afirma que o crescimento do rendimento médio indica melhora geral do indicador, mas que a concentração mostra que médias precisam ser analisadas junto à distribuição entre grupos, fontes e territórios. Correção/Incorreção: Correta. Fundamento: A proposição está adequada porque distingue duas dimensões diferentes. O aumento do rendimento médio aponta melhora do indicador geral, mas a razão de 13,8 vezes entre grupos e a concentração de 40,3% da massa de rendimentos entre os 10% de maior renda demonstram que a média, isoladamente, não representa a distribuição dos rendimentos na população. Assim, a alternativa correta não acrescenta dado novo a ser calculado; ela apenas explicita o cuidado necessário na leitura de médias agregadas. A alegação de extrapolação textual não procede. A referência a grupos está diretamente presente no enunciado, que compara os 10% de maior rendimento com os 40% de menor rendimento. A menção a fontes também decorre da própria expressão "rendimento médio mensal real de todas as fontes", constante do comando. Quanto aos territórios, a alternativa não afirma qualquer resultado regional, estadual ou municipal. Apenas registra que, para compreender adequadamente médias nacionais, a leitura deve considerar recortes distributivos e contextuais, sem transformar a média em retrato automático da realidade de todos os grupos da população. Também não procede a afirmação de que a alternativa correta se limita a apontar insuficiência do enunciado. Em questões de leitura de indicadores, é plenamente válido reconhecer o que os dados autorizam afirmar e o que não permitem concluir. No caso, os dados autorizam afirmar que houve crescimento do rendimento médio, mas também evidenciam concentração expressiva. Portanto, a conclusão correta é justamente a de que a melhora da média não elimina a necessidade de analisar a distribuição dos rendimentos. A proposição que afirma que a concentração de 40,3% da massa de rendimentos entre os 10% de maior renda permite concluir distribuição equilibrada não se sustenta. Concentração em parcela reduzida da população indica desigualdade, e não equilíbrio entre grupos. A proposição que sustenta que o aumento do rendimento médio demonstra ganhos dos grupos de menor renda na mesma proporção também é incorreta. O crescimento de uma média não comprova avanço proporcional entre todos os estratos, pois médias podem ser elevadas por ganhos concentrados em determinados grupos. A proposição que atribui aos programas sociais a diferença observada na distribuição dos rendimentos igualmente não procede. O enunciado não apresenta dado causal que permita afirmar que programas sociais explicam a desigualdade entre os grupos. Essa conclusão dependeria de informações adicionais não fornecidas. A proposição que trata o rendimento médio como aproximação do valor recebido pela maior parte da população também está incorreta. Média não equivale, necessariamente, à realidade da maioria, sobretudo quando o próprio enunciado informa concentração relevante da massa de rendimentos. Somente a proposição considerada correta reconhece simultaneamente a melhora do indicador médio e o limite interpretativo desse indicador diante da concentração dos rendimentos. As demais proposições atribuem causalidade não demonstrada, confundem média com experiência majoritária ou interpretam concentração como distribuição equilibrada. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.

RESPOSTA AOS RECURSOS DA PROVA OBJETIVA

INSCRIÇÃO	NOME	VAGA	PARECER	RESPOSTA
763803	DEOCLECIO DENILSON SILVA	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é organização da Rede de Atenção à Saúde no SUS, continuidade do cuidado, níveis de assistência e coordenação pela Atenção Primária à Saúde, estando, portanto, vinculado aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Sistema Único de Saúde - SUS: fundamentos, objetivos, atribuições, competências, diretrizes, gestão, aspectos organizativos e operacionais; o modelo de assistência no SUS: níveis de assistência - primário, secundário e terciário -, escopo da assistência - promoção da saúde, prevenção, terapêutica e reabilitação -, estrutura em rede regionalizada e hierarquizada, responsabilidade sanitária e humanização do cuidado. A questão apresenta situação em que um usuário acompanhado pela atenção primária apresenta agravamento agudo, necessita de internação em hospital de atenção terciária e, após estabilização, precisa de reabilitação especializada e seguimento longitudinal. O comando solicita a sequência adequada das etapas de cuidado na rede. A resposta correta é a sequência 2 - 4 - 1 - 3. A sequência tem início com a etapa em que a atenção primária identifica sinais de agravamento e organiza o acesso imediato ao hospital de referência. Essa é a primeira providência lógica e assistencial, pois o usuário já estava acompanhado pela atenção primária e apresentou agravamento agudo. Diante desse agravamento, a atenção primária reconhece a necessidade de cuidado em outro ponto da rede e organiza o acesso ao serviço capaz de responder ao episódio agudo. Em seguida, ocorre a etapa em que o hospital trata o episódio agudo e encaminha o plano de alta aos serviços responsáveis pela continuidade do cuidado. Essa etapa deve ocorrer antes da retomada do seguimento pela atenção primária e antes do início da reabilitação especializada, pois o plano de alta e o resumo hospitalar são justamente os documentos que orientam a continuidade do cuidado após a estabilização clínica. Na sequência, a atenção primária, após a alta, analisa o resumo hospitalar, retoma o seguimento e coordena o acesso à reabilitação. Essa etapa não pode ser deslocada para o final da sequência, pois ela é o elo de coordenação do cuidado no território após a saída do hospital. O próprio enunciado da etapa indica que a atenção primária "coordena o acesso à reabilitação", o que pressupõe que essa coordenação ocorra antes do início da reabilitação especializada. Por fim, o serviço de atenção secundária inicia a reabilitação especializada e compartilha a evolução com a atenção primária. Essa etapa sucede a retomada da coordenação pela atenção primária, pois a reabilitação especializada é organizada como parte da continuidade do cuidado após o tratamento hospitalar e deve manter comunicação com a atenção primária. A tese recursal sustenta que a sequência adequada seria 2 - 4 - 3 - 1, sob o argumento de que, após o tratamento hospitalar, o usuário seguiria para reabilitação especializada e somente depois retornaria à coordenação do cuidado de base. Essa interpretação não procede. A etapa 1 não representa simples "retorno final" à atenção primária após toda a reabilitação. Ela afirma expressamente que, após a alta, a atenção primária analisa o resumo hospitalar, retoma o seguimento e coordena o acesso à reabilitação. Portanto, essa etapa deve anteceder a etapa 3, que é justamente o início da reabilitação especializada. A sequência defendida no recurso desloca a reabilitação especializada para antes da coordenação de acesso pela atenção primária. Com isso, inverte a lógica assistencial descrita no próprio enunciado, pois faz o serviço secundário iniciar a reabilitação antes de a atenção primária retomar o seguimento e coordenar esse acesso. Embora a reabilitação seja realizada em serviço especializado, a continuidade do cuidado no SUS pressupõe articulação entre os pontos da rede e manutenção da coordenação pela atenção primária. A hierarquização dos níveis de atenção não significa isolamento entre serviços nem substituição definitiva da atenção primária por outro ponto da rede. No caso apresentado, a atenção terciária responde ao episódio agudo; a atenção primária retoma o acompanhamento longitudinal após a alta e coordena o acesso à reabilitação; e o serviço secundário executa a reabilitação especializada, mantendo comunicação com a atenção primária. A proposição que apresenta a sequência 2 - 4 - 1 - 3 é, portanto, a única compatível com o fluxo narrado: identificação do agravamento pela atenção primária; tratamento hospitalar do episódio agudo e plano de alta; retomada do seguimento pela atenção primária e coordenação do acesso à reabilitação; início da reabilitação especializada com compartilhamento da evolução. As demais sequências não prevalecem porque invertem etapas essenciais do cuidado. A sequência que inicia pelo tratamento hospitalar ignora a identificação prévia do agravamento e a organização do acesso. A sequência que coloca a retomada pós-alta antes do tratamento hospitalar antecipa uma etapa que depende da alta. A sequência que encaminha diretamente para reabilitação antes de a atenção primária retomar a coordenação do cuidado desconsidera a função longitudinal e articuladora da atenção primária. A sequência defendida no recurso incorre justamente nesse último problema, ao colocar o início da reabilitação antes da etapa que coordena seu acesso. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.
763803	DEOCLECIO DENILSON SILVA	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Emprego dos tempos e modos verbais, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Emprego dos tempos e modos verbais e formas nominais. A questão não apresenta quaisquer conflitos teóricos. Ela parte do texto para analisar as escolhas de tempos e modos verbais, feitas pelo autor, a fim de construir sentidos. A gramática da língua portuguesa está a serviço da comunicação, da construção textual e não o contrário. A respeito dos itens I e II, objetos de questionamento via recurso: O item I está correto. Ao afirmar que "predominam verbos no indicativo", não se quer dizer que são "exclusivamente" ou "unicamente", mas predominância. A escolha por esse modo se dá porque o indicativo tem como referente fatos verossímeis ou tidos como tais. Não são incertezas ou condição. Isso é expresso no texto como um todo de forma predominante. O item II está correto. Ao modalizar com "apesar de tratarem de uma probabilidade/possibilidade", o item deixa claro que o conteúdo do texto ainda é uma possibilidade, posto que ainda não se concretizou, porém, por se tratarem de dados científicos, essa possibilidade é dada como certa. Por isso, o uso do presente do indicativo. Marca-se um fato futuro, mas próximo que certamente ocorrerá. Não à toa, criou-se uma Cartilha para orientar as ações caso o El Niño aconteça conforme os dados científicos. É o conjunto de todas as escolhas do autor que permite ao leitor compreender o que é praticamente certo de acontecer daquilo que é apenas uma possibilidade remota. Isso se dá pela linguagem, o que incluem as escolhas de tempos e modos verbais. BECHARA, Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA E CINTRA, Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.

RESPOSTA AOS RECURSOS DA PROVA OBJETIVA

INSCRIÇÃO	NOME	VAGA	PARECER	RESPOSTA
763922	EUZEBIO HIMPEL	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Emprego dos tempos e modos verbais, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Emprego dos tempos e modos verbais e formas nominais. A questão não apresenta quaisquer conflitos teóricos. Ela parte do texto para analisar as escolhas de tempos e modos verbais, feitas pelo autor, a fim de construir sentidos. A gramática da língua portuguesa está a serviço da comunicação, da construção textual e não o contrário. A respeito dos itens I e II, objetos de questionamento via recurso: O item I está correto. Ao afirmar que "predominam verbos no indicativo", não se quer dizer que são "exclusivamente" ou "unicamente", mas predominância. A escolha por esse modo se dá porque o indicativo tem como referente fatos verossímeis ou tidos como tais. Não são incertezas ou condição. Isso é expresso no texto como um todo de forma predominante. O item II está correto. Ao modalizar com "apesar de tratarem de uma probabilidade/possibilidade", o item deixa claro que o conteúdo do texto ainda é uma possibilidade, posto que ainda não se concretizou, porém, por se tratarem de dados científicos, essa possibilidade é dada como certa. Por isso, o uso do presente do indicativo. Marca-se um fato futuro, mas próximo que certamente ocorrerá. Não à toa, criou-se uma Cartilha para orientar as ações caso o El Niño aconteça conforme os dados científicos. É o conjunto de todas as escolhas do autor que permite ao leitor compreender o que é praticamente certo de acontecer daquilo que é apenas uma possibilidade remota. Isso se dá pela linguagem, o que incluem as escolhas de tempos e modos verbais. BECHARA, Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA E CINTRA, Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.
764005	MATHEUS SOUZA MESSIAS DOS SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - IMIGRANTES	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Emprego dos tempos e modos verbais, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Emprego dos tempos e modos verbais e formas nominais. A questão não apresenta quaisquer conflitos teóricos. Ela parte do texto para analisar as escolhas de tempos e modos verbais, feitas pelo autor, a fim de construir sentidos. A gramática da língua portuguesa está a serviço da comunicação, da construção textual e não o contrário. A respeito dos itens I e II, objetos de questionamento via recurso: O item I está correto. Ao afirmar que "predominam verbos no indicativo", não se quer dizer que são "exclusivamente" ou "unicamente", mas predominância. A escolha por esse modo se dá porque o indicativo tem como referente fatos verossímeis ou tidos como tais. Não são incertezas ou condição. Isso é expresso no texto como um todo de forma predominante. O item II está correto. Ao modalizar com "apesar de tratarem de uma probabilidade/possibilidade", o item deixa claro que o conteúdo do texto ainda é uma possibilidade, posto que ainda não se concretizou, porém, por se tratarem de dados científicos, essa possibilidade é dada como certa. Por isso, o uso do presente do indicativo. Marca-se um fato futuro, mas próximo que certamente ocorrerá. Não à toa, criou-se uma Cartilha para orientar as ações caso o El Niño aconteça conforme os dados científicos. É o conjunto de todas as escolhas do autor que permite ao leitor compreender o que é praticamente certo de acontecer daquilo que é apenas uma possibilidade remota. Isso se dá pela linguagem, o que incluem as escolhas de tempos e modos verbais. BECHARA, Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA E CINTRA, Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.